



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

O RACISMO EM MAPAS NA PLANÍCIE GOITACÁ: A PRODUÇÃO DO AÇÚCAR DEIXOU UM GOSTO AMARGO NA BOCA DE MUITA GENTE

ANA CLAUDIA DE JESUS BARRETO¹

JADY CRISTINA MATTOS GOMES²

KATY DUTRA FERNANDES³

MAÍZA DA SILVA IZAIAS⁴

RESUMO

Pretendendo estudar o processo de segregação racial e saber a localização das pessoas negras em Campos dos Goytacazes, foi realizada entre 2021-2023 uma pesquisa tendo como referência o Programa Habitacional Morar Feliz, executado a partir de 2010 e que removeu uma parcela da população de algumas áreas da cidade, principalmente localizadas próxima ao centro urbano, para regiões mais afastadas.

Palavras-chave: Segregação racial; mapeamento; direito à cidade.

SUMMARY

Intending to study the process of racial segregation and find out the location of black people in Campos dos Goytacazes, a survey was carried out between 2021-2023 using as a reference the Morar Feliz Housing Program, implemented from 2010 and which removed a portion of the population from some areas of the city, mainly located close to the urban center, to more distant regions.

Keywords: Racial segregation; mapping; right to the city.

1 Introdução

O município de Campos dos Goytacazes cortado pelo grande Rio Paraíba do Sul está situado na região norte fluminense do estado do Rio de Janeiro. Possui 483.540 mil habitantes

¹ Universidade Federal Fluminense

² Universidade Federal Fluminense

³ Universidade Federal Fluminense

⁴ Universidade Federal Fluminense



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(IBGE) de 2022, representando um aumento de 4,2% em comparação com o Censo 2010. Com relação aos dados relacionados a raça/cor a população se divide em 203.487 (42,08%) brancas, 193.892 (40,10%) pardas, 360 (0,07%) amarelas, 85.408 (17,6%) pretas e 363 (0,08%) indígenas⁵. Os dados demonstram uma predominância da população negra na cidade totalizando 57,7%.

Pretendendo estudar o processo de segregação racial e saber a localização das pessoas negras em Campos dos Goytacazes, foi realizada entre 2021-2023 uma pesquisa tendo como referência o Programa Habitacional Morar Feliz, executado a partir de 2010 e que removeu uma parcela da população de algumas áreas da cidade, principalmente localizadas próxima ao centro urbano, para regiões mais afastadas.

A pesquisa pretendeu avaliar se o acesso à moradia garantiu o direito à cidade. pois o valor de um ser humano está ligado ao lugar onde se encontra localizado. Caso esse local seja estigmatizado as pessoas passarão por estigmas, violências e discriminação, além da ausência de bens e serviços e infraestruturas básicas e não lhes serão ofertadas as condições para o exercício de cidadania. (Silva, 2006).

Para tanto foram selecionados sete conjuntos habitacionais para avaliarmos as condições de moradia e a distância entre os equipamentos públicos próximos ou distantes e os bens e serviços ofertadas na cidade.

Isto posto, pretendemos socializar o resultado da pesquisa e possibilitar a discussão de que o direito à cidade não é restrito apenas ao acesso a uma casa, mas implica também o acesso à cidade. Nesse sentido, a segregação socioespacial em Campos dos Goytacazes se apresenta por meio do aumento dos grandes empreendimentos imobiliários que produzem uma cidade dividida socialmente e geograficamente.

Na medida em que de um lado tem-se os condomínios fechados que atendem a classe média e alta campista, e ainda que quando construídos em zonas mais afastadas da centralidade da cidade, atraem investimento do capital para subsidiar os recursos e equipamentos públicos e privados visando atender esses novos moradores. E por outro lado, tem-se as áreas mais afastadas da área central e concomitantemente mais afastadas do acesso à grande parte dos serviços e equipamentos públicos, e é nestas áreas que se concentram as moradias populares construídas através do Programa Habitacional Morar Feliz.

⁵ Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094#resultado>>. Acesso em 12 de outubro de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2. O acesso a moradia não garante o direito à cidade

Segundo Marx (1972, p.574), “a propriedade territorial pressupõe o monopólio de certas pessoas que lhes dá direito a dispor sobre determinadas porções do planeta como esferas privativas de sua vontade privada, com exclusão de todos os demais”. Esses são os fundamentos que determinam o modo de produção e consumo do espaço urbano.

A moradia também é um componente da reprodução da classe trabalhadora, porém na história da política habitacional brasileira, devido ao critério de renda e a insuficiência salarial, é um artigo de luxo para a maioria da população, principalmente para a de renda zero. Usando o discurso de déficit habitacional, o poder público vai deixando à margem da cidade essa parcela populacional, que cada vez mais não encontra lugar para viver. Sobra para essa parcela as áreas desvalorizadas que podem futuramente se tornarem alvo de valorização, as áreas de risco ambiental e as ocupações em áreas ou prédios públicos e, assim, vão construindo a cidade da exceção, da segregação social e racial.

A cidade de Campos dos Goytacazes ao longo dos últimos anos, a partir dos grandes empreendimentos imobiliários, vem se configurando como uma cidade altamente segregada. Por um lado tem-se os condomínios fechados e horizontalizados que atendem a classe média e alta e de outro lado as moradias populares que foram construídas através do Programa Habitacional Morar Feliz⁶, que internamente tem muitos problemas de ordem social, de segurança, de transporte público, de conflitos entre facções do tráfico de drogas, ou seja é um lado da cidade que foi produzido pelos agentes produtores do espaço urbano: poder público, o mercado imobiliário e os proprietários fundiários.

O Programa Habitacional Morar Feliz (PHMF), segundo informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres (EINURD), foi planejado e executado para retirar os moradores de área de risco às margens das lagoas do Rio Paraíba do Sul, das margens das ferrovias e rodovias federais que atravessam a cidade e do aluguel social, com a estimativa de beneficiar 40.000 pessoas.

É necessário analisar a trajetória das políticas habitacionais que são desenvolvidas no Brasil a partir das remoções dos grupos sociais mais vulneráveis que habitam territórios de

⁶ Os recursos desse programa foram oriundos dos royalties do petróleo, não houve nenhuma outra fonte de recursos. Instituído pelo Decreto Municipal nº 055/2011, tendo início em 2008 no primeiro mandato de Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira (Rosinha Garotinho).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

interesse do capital imobiliário. Assim, no processo de remoção se utiliza a justificativa de “risco” para a população com o objetivo de convencer os mesmos que essa ação é para a melhores condições de vida e omitem os verdadeiros objetivos e interesses que estão por trás desse processo, que é aquele para atender os interesses do capital imobiliário. No século XIX, a justificativa utilizada era de surtos endêmicos. Já no Século XXI, por sua vez, essa justificativa não se aplica devido aos avanços da medicina e ciência, se utilizando na maioria das vezes a justificativa do risco ambiental.

E foi a partir dessa justificativa que ocorreram as remoções em Campos dos Goytacazes a partir do PHMF. O município é uma planície, dividida pelo Rio Paraíba do Sul. Assim, devido a sua estrutura geográfica, quando ocorre as intensas chuvas de verão resulta em inundações e transbordo do rio. Com isso, uma das áreas mais afetadas por essas inundações é Ururá, onde as construções da residência dessa população se localizam à margem do rio e estes foram os primeiros que passaram pelo processo de remoção de suas localidades e realocados em Tapera, Penha e Novo Jockey.

Cortes (2020) destaca que inicialmente o PHMF apresenta um salto na política habitacional, tendo em vista que é um programa gratuito para a população assistida, porém quando se analisa a totalidade encontra semelhanças presentes na tendência histórica das políticas habitacionais do Brasil que é afastar do centro urbano as populações empobrecidas Segundo a autora as casas do PHMF foram construídas afastadas do centro, onde os lotes imobiliários são menos valorizados e não encontra os serviços públicos com eficácia. Assim, o PHMF reforça demasiadamente a tendência das políticas habitacionais dentro do processo de segregação urbana e segregação étnico-racial no município campista.

Segundo Harvey (2005, p.171) “o poder de organizar o espaço se origina de um conjunto complexo de formas mobilizadas por diversos agentes sociais”, tornando-se o espaço urbano um instrumento de dominação, exercido através dos vários interesses das classes dominantes representadas como agentes produtores do espaço urbano, que exercem o seu poder selecionando para si as áreas de seu interesse, realizando intervenções urbanas e transformando a cidade para atender a lei do valor e, enquanto isso, a população majoritária é empurrada cada vez mais para as regiões periféricas, para os “cantos”, as “bordas”, caracterizadas pela ausência de tudo um pouco e distante cada vez mais da cidade “civilizada” (Villaça, 2001).

No portal da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes⁷ consta que foram entregues 6,5 mil casas do Programa Habitacional Morar Feliz, beneficiando 32 mil pessoas até 10 de outubro de 2016 e que os conjuntos habitacionais do Morar Feliz, “são dotados de infraestrutura completa”. As informações encontradas em uma apresentação em slides⁸ constam as características estruturais das moradias como, instalações hidrossanitárias, tamanho do lote, divisão interna das casas, esgotamento sanitário, piso de cerâmica, etc. Vale ressaltar que na visita de campo para aprofundar melhor sobre a condição da população residente nos conjuntos do Morar Feliz e sua aproximação ou distanciamento dos serviços públicos, pudemos avaliar a péssima condição das moradias e os materiais de baixa qualidade que foram utilizados.

Vale ressaltar que o poder público demonstra formalmente que o projeto do Programa Habitacional é de excelência, porém a realidade é outra. Reafirmando aquilo que o Brasil sabe bem fazer: o distanciamento da letra da lei e sua execução. Os conjuntos habitacionais tanto na parte estrutural como a de acesso a bens e serviços demonstram o descaso do poder público para com a população, reafirmando o racismo territorial.

A realidade é bem diferente, como demonstra (Viana, 2018), ao pesquisar sobre a segregação do bairro Jockey Club, constatando que não tem muitas possibilidades de serviços e equipamentos públicos, ausência de praças e locais de lazer e o transporte público é precário, que os moradores têm dificuldades de usar o serviço de entrega como lanches e de farmácia, pois os prestadores deste serviço têm receios de ir no bairro por causa da criminalidade.

Peres (2017), ao analisar dois outros conjuntos habitacionais Tapera II e Ururaí II, também do Programa Morar Feliz, constatou que não houve, apesar do acesso à moradia, o avanço no direito à cidade, pois esses conjuntos estão localizados à beira da BR 101. Esta localização das moradias produz nos moradores um sentimento de isolamento e exclusão do cotidiano da cidade. O que também revela uma contradição do discurso do poder público que usou a justificativa de área de risco para removê-los do local de origem, pois a maioria dos habitantes desses conjuntos são remanescentes da favela Margem da Linha, que ficava próxima a estrada da BR 101. Os moradores continuam no risco, tendo que atravessar a BR para ter acesso aos serviços essenciais e inclusive as crianças ficam à margem da BR para ter acesso a escola que fica à margem da BR, sem uma passarela para atravessar, apenas contam com uma faixa de pedestre.

⁷ Disponível em <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=37854>. Acesso em 02/05/21

⁸ Disponível em <<https://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/uploads/city/attachments/4263-10827.pdf>>. Acesso em 03/10/23.

No dia 02/10/23 uma criança de 11 anos foi atropelada por um ônibus, na tentativa de atravessar a BR 101 em Tapera para ir à escola. Moradores indignados com a morte da criança fizeram um movimento com cartazes pedindo socorro e justiça, colocaram fogo em pneus, impedindo o fluxo dos veículos como tentativa de chamar atenção sobre o episódio. Contudo, não houve qualquer atenção e resposta do poder público nos noticiários da cidade, apenas foi noticiado que a Polícia Rodoviária Federal estava na tentativa de liberar o trânsito.

O silêncio do poder público, representando a direita campista demonstra uma banalização da vida. Mas, não é qualquer vida, é uma vida muito específica. A do pobre preto periférico. Trata-se do filho da empregada, que pode inclusive andar sozinho no prédio de luxo atrás dela, porque a patroa está ocupada fazendo unhas e ele na tentativa de achar a mãe, que saiu para passear com o cachorro da patroa, acaba se pendurando numa sacada rumo a morte⁹. Será mais uma morte nas estatísticas: seja por bala perdida, seja por atropelamento, seja por queda em prédio de luxo, por incêndio. A branquitude sempre achará um caminho do privilégio para se proteger e esquivar da punição. Existe também um quê de conformismo que é gestado através das instituições, como igrejas, escolas, a própria família, que reproduzem a lógica da opressão e produzem mentalidades sem senso crítico. De que tudo sempre foi assim ou até mesmo aquele sentimento de que esse lugar não me pertence, eu tenho uma vida que me proporciona andar de carro ou transporte de aplicativo e porque vou me incomodar? Vidas negras importam!

Na compreensão de Harvey (2013) o direito a cidade, é o direito de transformá-la em algo radicalmente diferente e isso implica em participar dos processos de transformação das cidades, pois normalmente são construídas para atender dos interesses do capital e que por isso a luta pelo direito à cidade é a luta contra o capital. Isto posto, as falas de Harvey se materializam na realidade campista.

Um projeto de moradia para a população empobrecida que foi concebido por indivíduos que ocupam um lugar de privilégio na sociedade e sem consultar os sujeitos implicados durante o processo, para que pudessem fazer escolhas para sua qualidade de vida, demonstram o autoritarismo e a falta de respeito pela população e ao mesmo tempo o cuidado para atender os interesses do capital. Logo, atender os interesses do capital significa, passar por cima dos direitos dos cidadãos que vivem na pobreza. É como se não tivessem o direito a ter direito no entendimento de uma elite branca que reforço as bases do colonialismo: escravização,

⁹O caso do menino Miguel. Disponível em < <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/09/28/caso-miguel-justica-do-trabalho-condena-patroes-a-pagarem-r-2-milhoes-a-familia.ghtml> >



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

hierarquização, discriminação, violência sobre os corpos negros. Em conversa com alguns moradores dos conjuntos, ouviu-se o relato de que nunca participaram do planejamento do programa, sequer sabiam onde iam morar, inesperadamente receberam a notícia que teriam que sair do local para o novo conjunto habitacional.

Os empreendimentos imobiliários que foram construídos nas áreas de “risco” de Campos dos Goytacazes, após a saída dos moradores indesejados, passaram a ter uma alta valorização, a exemplo da área que estava localizada a favela Margem da Linha. Atualmente tem-se os seguintes empreendimentos: Shopping Boulevard, Hotel Tupin Inn e Condomínios horizontais e verticais de luxo. Logo, podemos afirmar que o direito à cidade não é para todos, haja vista que o acesso a mesma é mercantilizado, excluindo desta forma parcelas significativas da população e as remanejando para os cantões da cidade ou para o “quarto de despejo” (JESUS, 1960).

Sobre o perfil étnico-racial dos moradores dos conjuntos do PHMF, Arruda (2014) aplicou 365 questionários em 11 conjuntos e com base nos dados analisados, verificou-se que a população é majoritariamente negra. Sendo que 23,3% (85) são brancas, 33,7% (123) são pretas, 41,4% (151) são pardas, 1,6% (6) são amarelas e 0,0% (0) são indígenas.

Os dados levantados ratificam a condição da população negra em Campos dos Goytacazes o que representa a fração da totalidade, haja vista que as cidades brasileiras reproduzem as senzalas e quilombos agora transmutadas em periferias, favelas, assentamentos precários e áreas de risco ambiental.

Para Campos (2007), o quilombo é o espaço transmutado nos cortiços e nas favelas que no século XX representou para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata: local das classes perigosas. Sendo assim Carril (2013) compreende que na modernidade ocorre o reaparecimento de mecanismos antigos de exploração da força de trabalho e de realidades reprimidas que possuem conteúdos étnico-raciais. Reaparecer não significa que deixou de existir, mas que sempre foi uma “condição presente do refazer a acumulação primitiva do capitalismo brasileiro”. (Carril, 2013, p. 95).

3. O Racismo em mapas: os indesejáveis

Os dados que serão apresentados são resultado de uma pesquisa realizada entre 2021 e 2023 pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa Espaço e Raça/ UFF Campos. A proposta da pesquisa foi estudar sobre as áreas segregadas na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, impulsionadas pelo Programa Habitacional Morar Feliz (PHMF), a partir dos anos 2010 e demonstrar através do



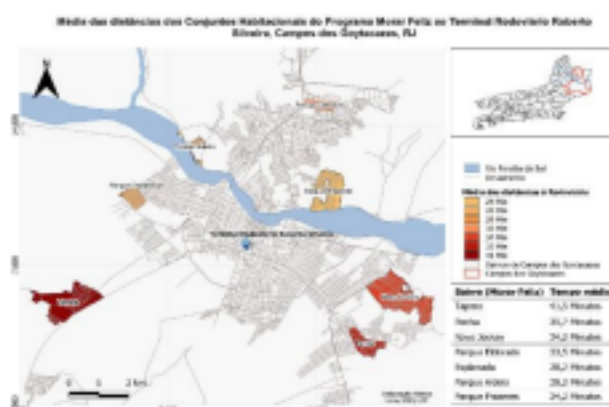
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mapeamento de alguns territórios, a distância entre eles e os bens e serviços ofertados, os equipamentos de saúde, proteção social, educação, cultura, lazer e a área central da cidade. O cálculo do distanciamento foi realizado levando em consideração os meios de transporte como carro, moto e bicicleta. Em relação ao transporte por meio dos ônibus, na cidade são ofertados majoritariamente pela empresa privada “São João” a partir de um antigo contrato com a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Entretanto, verifica-se a precariedade das condições dos ônibus, que são antigos e muitas das vezes se encontram depredados pela própria população. Por este motivo, impossibilitou-se a coleta de dados referentes ao tempo do deslocamento do transporte público por meio do instrumento de pesquisa utilizado “Google Maps”, pois ele não compreende as relações de tempo dos antigos ônibus da “São João”.

Foram 7 (sete) conjuntos habitacionais do Morar Feliz objetos da pesquisa, são: Aldeia, Eldorado, Esplanada, Jockey, Penha, Parque Prazeres e Tapera. A seguir apresentamos as médias das distâncias entre os conjuntos habitacionais e os equipamentos públicos:



O transporte público em Campos dos Goytacazes é muito deficitário. Não existe uma disponibilidade de linhas de ônibus que sirvam a toda população. Muitos ônibus não entram nos conjuntos habitacionais. O tempo de espera é entre 1 a 2 horas no ponto de ônibus.

Causando atrasos na chegada ao trabalho ou numa consulta médica por exemplo, segundo relatos dos moradores. Como pode-se ver, o bairro Tapera é que mais leva tempo (41 min) para chegar ao Terminal Rodoviário Roberto Siqueira, localizado no centro da cidade. Devido à proximidade com a BR-101, os moradores ficam à margem da BR aguardando o transporte público, sem nenhum abrigo para se proteger do sol ou da chuva. O menor tempo é no Parque Prazeres (24 min). Em alguns bairros, como é o caso do Parque Prazeres para ir até ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que tem um tempo de deslocamento médio de apenas 24 minutos, mas que, entretanto, por meio do transporte público é necessário pegar dois

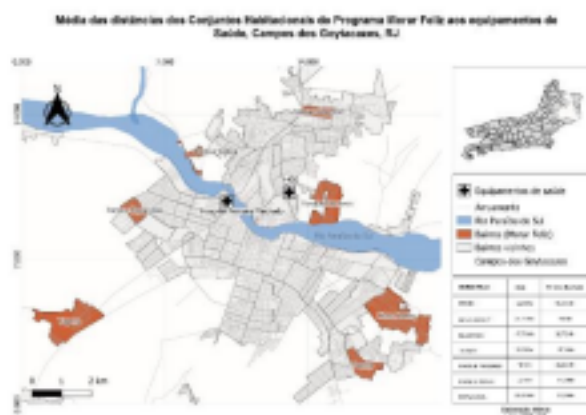


Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

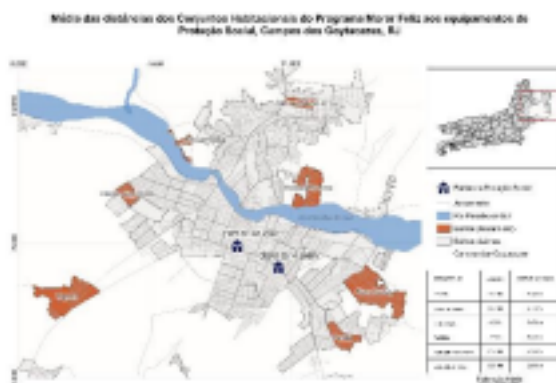
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ônibus, segundo relato dos moradores. Levando as pessoas que precisam da assistência pública a se deslocar de bicicleta em virtude do alto valor a desembolsar com transporte público. Inclusive dificulta também o acesso dos estudantes ao ensino médio, devido à ausência de escola para essa faixa etária e ensino, na localidade.



Com relação ao serviço de saúde, referenciamos o Hospital Ferreira Machado, que oferece um serviço de urgência e emergência e está mais próximo do centro da cidade. Os bairros mais afastados é Penha e Novo Jockey, com uma média de 50 a 46 minutos respectivamente.



Com relação aos equipamentos de proteção social, selecionamos apenas dois, pois o mapa não comportaria vários equipamentos. Metodologicamente seria inviável a compreensão e a visibilidade. Isto posto, escolhemos um da área da saúde mental e da proteção especial (Mulher). Os bairros Tapera, Eldorado e Parque Aldeia estão mais distantes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), entre 48 min, 42 min e 39 min respectivamente. No caso do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), os bairros Tapera e

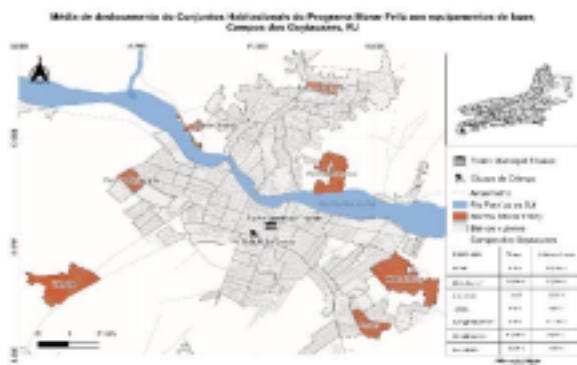


Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

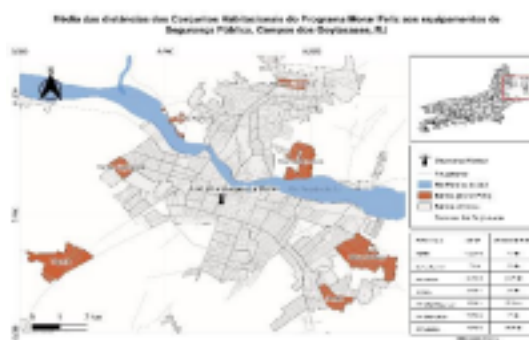
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eldorado são os mais distantes com 40 min a 34 min de distância, respectivamente.



No tocante aos espaços de lazer e cultura, referenciamos o Teatro Municipal Trianon e a Cidade da Criança. Os bairros mais distantes são Tapera e Eldorado. Com relação ao Teatro, o tempo de distância é entre 47 min e 34 min respectivamente e da Cidade da Criança, 42 min a 37 min.



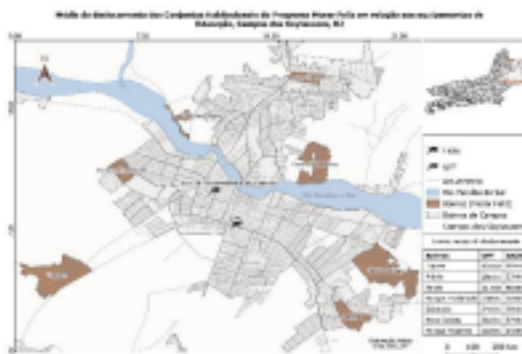
Sobre o tempo para acessar a Delegacia da Mulher e a 134ª Delegacia de Polícia, três bairros levam mais tempo, são eles: Tapera, Penha e Novo Jockey. Com um tempo muito similar entre esses órgãos da segurança pública, 42 min, 40 min e 36 min respectivamente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



E por fim, os equipamentos da área da educação do ensino médio e universitário. Seleccionamos o Liceu de Humanidades de Campos e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Os bairros mais distantes do Liceu: Tapera e Eldorado, com 40 min a 34 min. E aqueles mais distantes da UFF, são: Tapera, Penha e Novo Jockey com 40 min nos dois primeiros e 37 min, respectivamente.

À primeira vista, o senso comum pode achar que o tempo de deslocamento é muito curto levando em consideração o tamanho da cidade de Campos dos Goytacazes e principalmente pensando no meio de transporte – o automóvel. Contudo, o olhar precisa ser mais apurado e sensível ou até mesmo deslocar-se do lugar de fala do status de privilegiado. A população moradora dos conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz, são pessoas que vivem na pobreza, na exclusão social, vendendo “o almoço para comprar a janta”, vivendo uma trajetória de expulsão, segregação e desterritorialização. Somado a tudo isso, o serviço de transporte na cidade é deficitário, o resultado dessa soma é igual a não possibilidade de acessar a cidade, impossibilidade de ir em busca dos serviços ofertados, causando até mesmo um desânimo para acessá-lo, pois as barreiras estruturais são muitas. Alguns desses conjuntos habitacionais do Morar Feliz, como o da Penha, fazem fronteira com condomínios fechados, destinados a uma faixa de renda acima de 3 (três) ou mais salários mínimos.

Contudo, o acesso destes a cidade dar-se-á de outra forma, as possibilidades são maiores causadas pelo poder de compra, lhe traduz uma cidade acessível. Inclusive mesmo estando em local mais afastado do centro da cidade conseguem atrair para perto bens e serviços. Ao contrário dos outros conjuntos que conseguimos conhecer in loco, há inexistência de mercados, farmácias, comércio em geral por perto e quando tem são bem afastados. As pessoas precisam andar muito para acessar. Isto posto, os moradores do PHMF foram inseridos em territórios de “vazios” no entorno, vazios de bens e serviços necessários à sobrevivência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Harvey (apud Villaça, 2001, p.329) afirma que “o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes” e as condições das classes sociais nessa disputa são definidas ainda na estrutura de produção e, neste caso, a burguesia consegue exercer um domínio. Sendo assim, nem sempre a classe burguesa procura o lugar mais perto, pode querer ir para um local mais afastado, para buscar “ar puro” e, nesse movimento, arregimenta o comércio, o centro, o emprego, os serviços para perto de si, inclusive adaptando esses espaços ao seu meio predominante de mobilidade, que é o automóvel. “Revolucionam o centro principal, produzem “centros expandidos o “seu ” centro e os centros “dos outros”. (Villaça, 2001, p.329).

E sobre os equipamentos de saúde e educação, apesar de já existirem no território, existe a questão do crescimento da demanda, que causa um impacto no atendimento. Escutamos algumas falas das moradoras que nem sempre conseguem vaga no posto de saúde para consulta médica, levando-as a procurar o serviço médico em outros territórios. E por fim ouvimos de um funcionário de um posto de saúde que os moradores do PHMF chegaram depois no bairro e que por isso a prioridade é de quem já morava no bairro antes da chegada deles. Se houver vaga, os “encaixa”, do contrário fica sem atendimento.

Isto posto, podemos afirmar que o racismo territorial é uma realidade vivenciada pelos moradores do PHMF, quando os mesmos são estigmatizados, vistos como bandidos, intrusos e sofreram uma expulsão das áreas valorizadas com justificativa de risco ambiental, mas que posteriormente foram remodeladas pelo capital imobiliário, e empurrados de forma violenta para as bordas da cidade e assim continuam vivenciando a violência praticada de várias formas: seja pelo isolamento social, pela dificuldade de acesso à cidade, pela precariedade das moradias e do seu entorno, inclusive com risco de vida se não for pela proximidade com a BR 101, será pela guerra às drogas, haja vista que a maioria dos conjuntos, inclusive os 7 (sete) conjuntos que visitamos, tem uma forte presença do tráfico de drogas.

Considerações finais

O planejamento urbano no Brasil é um instrumento de separação racial a partir das reformas urbanísticas desde 1875, quando foram sendo definidos os territórios que deveriam ser ocupados pela população branca e negra. Assim deu-se a segregação racial no Brasil através de um processo de higienização, de limpeza da cidade baseados no discurso eugenista. Acreditamos que esse propósito das elites brasileiras nunca deixou de estar em movimento. Isso é muito claro ao analisar as configurações espaciais das cidades.

Não podemos naturalizar o local onde se encontra a população negra, que são as áreas irregulares, informais com ausência ou péssima oferta de saneamento básico, precariedade habitacional, violência policial. Tudo isso representando a negação da negação à cidadania. Esse projeto hegemônico das elites brasileiras foi forjado em 1850, quando definiu o acesso à terra. Mas, para além desse acesso temos a questão racial que coloca o negro como o inferior, o subordinado e define o seu lugar na sociedade brasileira, que deve ser aquele mais desumano possível, porque humano nunca considerado foi.

A cidade é o espelho das relações das desigualdades raciais e por isso “é necessário compreender como o modelo racial brasileiro estrutura relações no cotidiano e em que medida essa estrutura racista se reproduz no espaço além do fator social de classes”. (Gomes, 2021, p. 26).

Através dessa pesquisa podemos abordar sobre as relações raciais em Campos dos Goytacazes, a partir da experiência do PHMF. Essas relações são baseadas na lógica da hegemonia da branquitude, através do poder público que opera o racismo, a segregação e exclusão a partir da aliança dos interesses do capital e da elite (Gomes, 2021), que determina através do planejamento urbano o lugar das relações que são permitidas. Foi permitido que a população negra e pobre da cidade ocupasse espaços periféricos. Em alguns casos com vazios de serviços, em outros apesar da proximidade não tem garantia de acesso, em decorrência das vagas limitadas, como o serviço de creche e atendimento de saúde, por exemplo. É o lugar do abandono do poder público, uma vez que se apresentam como lugares de vulnerabilidade, violência, pobreza e falta de condições ideais de moradia.

A ausência da participação nos processos de planejamento territorial é um fator importante que reafirma o racismo e a subordinação. Em nenhum momento a população alvo das remoções foi consultada ou informada sobre o planejamento do programa ou criado espaços de diálogos e construção de um ideal de local de moradia.

Um ponto curioso e que detona a não participação popular são os nomes das ruas. Alguns são nomes de bairros da cidade do Rio de Janeiro, outras de entes públicos e de flores e quando questionados sobre a origem dos nomes das ruas, os moradores falaram que nunca opinaram sobre os nomes, demonstrando assim o total alheamento e ausência de espaços de discussão e diálogo entre o poder público e os moradores.

Todos esses aspectos nos levam a inferir sobre o racismo territorial no planejamento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

urbano da cidade de Campos dos Goytacazes. O poder público ratifica a lógica de segregar e discriminar a população preta campista.

Referências

ARRUDA, A. P. S. N. Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes-RJ. 2014. 274 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.

CAMPOS, Andreino. **Do quilombo à favela**. A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CORTES, Thaís Lopes. O outro lado do "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes/ RJ: a oficialização da expropriação pela retórica do "risco". Rio de Janeiro: **O Social em Questão**, 2020, n. 48, p. 295- 316.

GOMES, Aramis Horvath. **Racismo territorial**: o planejamento urbano tem um problema de raça? Jundiaí (SP): Paco, 2021.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia [et al.] **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

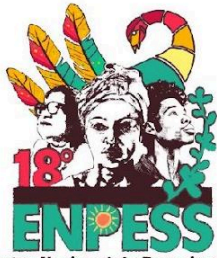
JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. São Paulo: Edição Popular, 1960. Disponível em < https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2019/02/edoc.site_1960-quarto-de-despejo-carolina-maria-de-jesuspdf.pdf> Acesso em: 02 de mai de 2021.

MARX, Karl. **El Capital**: Crítica de la Economía Política – Libro III. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1972.

PERES, José Felipe da Silva. Produção e fragmentação do espaço urbano e o direito à cidade: uma análise do programa morar feliz entre os moradores dos conjuntos Tapera II e Ururá II. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, 2017.

VIANA, Aline da Silva. Periferia segregada: um estudo sobre os processos socioespaciais no Jockey Club. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, ambiente e políticas públicas. Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10696/Aline%20da%20Silva%20Viana.pdf;jsessionid=428D11B252BCD117FEF14496A0ACF356?sequence=1>>. Acesso em 08 de abr de 2021.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social